

Curto prazo não é problema, crê Adroaldo Moura

O Brasil não terá dificuldades formais em prorrogar as linhas de crédito de curto prazo (US\$ 15 bilhões) com o comitê de bancos credores, mas sofrerá até maio a lenta adesão de mais de 600 credores, disse o vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, ao falar no encontro **Brasil 87: O desafio econômico**, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro.

— É um corredor polonês — desabafou Adroaldo. Afirmou que, quando o Brasil tiver um plano capaz de materializar a redução da transferência de recursos ao exterior em investimentos que aumentem a capacidade produtiva, será possível conseguir o apoio dos credores internacionais.

Comentou que não é preciso que o governo tome medidas para reduzir o consumo porque a desaceleração do crescimento da economia brasileira já está acontecendo. Este processo de ajustes se caracteriza, em relação a 1986, por uma lenta expansão do salário médio real, redução do crédito, aumento do custo do capital de giro, fim da sensação de riqueza por parte da classe média e a volta de substanciais saldos da balança comercial. Porém, disse, se o governo Sarney decidir reduzir abruptamente subsídios e realinhar preços de derivados de petróleo e produtos siderúrgicos o país pode mergulhar numa recessão igual à de 1983.

Nem mesmo os empresários brasileiros estão entendendo que o processo de reajustes na economia já começou, através da aceleração da inflação desde novembro último. A elevação dos preços não foi tão caótica como se pensa, imagina o vice-presidente do Banco do Brasil, porque propiciou os ajustes necessários, cujos sintomas mais visíveis são, em relação aos resultados de 1986, expansão mais lenta do salário médio real, limitação do crédito, aumento do custo do capital de giro, diluição da sensação de riqueza na classe média urbana e rural, e a retomada de gordos saldos da balança comercial.

A negociação externa em curso exige que os brasileiros tenham clara noção dos horizontes de curto e médio prazos; acrescentou Adroaldo, que adverte para o risco de se tomar medidas abruptas como a redução de todos os subsídios e o realinhamento de preços de produtos como derivados de petróleo e insumos siderúrgicos. “Aí teremos recessão igual à de 1983.” Em relação ao médio prazo, o ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários recorda que deixar de remeter recursos ao exterior não significa que, automaticamente, o país fará investimentos produtivos.

No ano passado, exemplifica, “a queda dos preços do petróleo no mercado internacional reduziu a remessa de dólares, mas não houve o correspondente investimento produtivo. “É preciso que o país possua um plano que materialize a redução da transferência de recursos ao exterior em expansão da capacidade instalada do país. Na medida em que isto acontecer não haverá problemas em achar com os credores internacionais recursos para expandir a economia brasileira na próxima década.”

Segundo o vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil, é preciso encontrar novos mecanismos para negociar a dívida externa, porque a atual sistemática de contar com um comitê de bancos credores comerciais, em representação de mais de 600 instituições financeiras, não está dando certo. “O trabalho de coordenação de 1983 parece não estar funcionando muito bem em 1987.” Precisamos criar mecanismos que permitam negociar com governos e bancos credores nos próximos 90 dias.